

Portugal e a Defesa Europeia

Maria do Rosário de Moraes Vaz

O secretário de Estado dos Assuntos Europeus exprimiu, recentemente, o voto de que a presidência portuguesa pudesse ser daquelas que, mais do que fazer rodar as esferas do processo europeu, lhe confira um impulso.

Uma questão que se presta a que a presidência portuguesa deixe marca, quanto mais não seja pelo sentido de urgência com que foi finalmente posta em agenda, é a defesa europeia.

No plano externo, Portugal está em boa posição para isso. Membro fundador da Nato e insuspeito em matéria de atlantismo, a conjugação de várias circunstâncias valeu-lhe, ultimamente, um protagonismo internacional pouco habitual. No plano europeu, passou da fase da boa aprendizagem para a da plena maturidade. No plano interno, os inquéritos de opinião pública (e também entre os militares) mostram apoio maioritário à defesa europeia e às operações de paz enquadradas por estruturas de segurança europeia.

Tal como resulta do entendimento franco-britânico (ou anglo-francês), as decisões de Helsínquia confirmam uma colocação eminentemente prática da estrutura da Defesa europeia: dotar a União Europeia de um corpo de 60 000 efectivos no prazo de três anos, com mobilidade e auto-sustentação suficientes para intervir autonomamente da Nato (ou seja, prescindir dos meios dos Estados Unidos), e constituir, ao mesmo tempo, um reforço do “ pilar europeu ” da Nato no plano militar. A Inglaterra – cujas Forças Armadas são há mais tempo inteiramente profissionais e são também hoje proporcionalmente as mais capazes de intervir em teatros europeus ou extra-europeus, entre os países da União, sem que a parte dos gastos militares no PIB seja superior à da França – é a principal mentora da atitude que faz decorrer os arranjos políticos e os mecanismos institucionais do objectivo de constituição, a relativamente curto prazo, de uma força operacional autónoma, e não o contrário.

Esta forma de pôr as coisas – que não evitará que as questões a que assim se pretende atalhar tenham de ser colocadas, sob pena de o “ exército europeu ” não servir para nada, como bem sublinha N. Gnesotto nestas páginas – tem, no entanto, o mérito de encurtar caminho. A União Europeia fixou um objectivo e associou-lhe uma meta temporal. Este tipo de voluntarismo pragmático tem um efeito de aceleração conhecido.

Para que a presidência portuguesa, que coincide com a presidência da UEO, possa realmente impulsionar a Europa da Defesa, é preciso que Portugal esteja disposto a contribuir, quer no plano da formulação das ideias, quer, a seu tempo, no plano propriamente militar, para a estrutura de defesa europeia, sem que uma antecipação excessivamente modesta do segundo contributo condicione o primeiro.

A compatibilidade – anunciada e real – entre a estrutura ou o corpo de Defesa europeia e a Nato é função tanto da vontade dos países intervenientes como da ordem natural das coisas, inclusive no que se refere à relação transatlântica. Assente na defesa territorial, a Nato evoluiu de facto e primordialmente, com a Bósnia, para missões genericamente abrangidas pela expressão “ Operações de

Paz”, que são fundamentalmente as mesmas que a União Europeia e a UEO admitem sob a codificada designação de “missões de Petersberg”. Os meios e os efectivos necessários no ponto de vista da planificação militar geral da Aliança tenderão, pois, a ser cada vez mais os mesmos de que necessita uma estrutura ou capacidade, para transliterar o termo inglês, de defesa europeia. A predilecção que a estrutura das Forças Armadas da Alemanha – que prepara simultaneamente um fundo corte nos gastos militares (na ordem dos 3000 milhões de dólares em quatro anos) e uma completa reestruturação das Forças Armadas que não exclui a questão da conscrição – ainda reflecte pela defesa territorial mereceu aliás uma crítica severa do ministro americano da Defesa, William Cohen, que a qualificou de ultrapassada e excessiva. O quadro, obviamente, é o da Nato, não o da União.

Os países da União não têm de decalcar em escala reduzida o modelo militar americano (não têm para isso latitude orçamental nem vocação doutrinária), e muito menos se podem multiplicar modelos nacionais que sejam outras tantas miniaturas (de tamanho muito diferente, para mais) de exércitos perfeitos dotados de toda a panóplia dos meios possíveis, sob pena de se entrar numa duplicação monumental sem eliminar, mesmo assim, o risco de insuficiência. Quando exclusivamente da defesa colectiva do território se tratava, a planificação nacional dos membros da Nato tinha em conta, na estruturação das forças e nos programas de aquisição de material militar, os vários contributos aliados em meios e em forças e a planificação geral – e do mesmo modo isso se passa actualmente. Por maioria de razão devem os membros da União – e mais ainda Portugal, cuja adaptação total do aparelho militar ao quadro geral da Nato não se completou ainda – reponderar quer a planificação de forças, quer a programação de aquisições numa lógica europeia de colaboração e, a prazo, de repartição de tarefas e racionalização de gastos (designadamente através da melhoria da proporção das despesas com equipamento e com pessoal). Nem os orçamentos nacionais toleram outra solução, nem os interesses maioritariamente comuns – para não falar já dos deveres e das vantagens da solidariedade – a justificam.

Seis meses dura cada presidência europeia. O interesse de Portugal em marcar uma presença condigna na estrutura de Defesa europeia e tirar daí os devidos frutos, e as adaptações no plano militar que ela necessariamente acarreta, fazem-se sentir obviamente muito para além desse período. Mas a circunstância de ter a primeira presidência que verdadeiramente vai tratar da Defesa europeia, e isto depois de estarem em vigor as inovações institucionais em matéria de política externa e de segurança comum criadas em Amsterdão, além das circunstâncias favoráveis que atrás se esboçou, faz com que haja fundadas expectativas em relação ao papel de arranque de Portugal. Traçar orientações para uma abordagem em que a colaboração intra-europeia, inclusive em matéria de programação militar, seja um ponto de partida e não um ponto de chegada, independentemente do organismo onde se desenvolve, e atacar frontalmente a questão melindrosa do *procurement*, por exemplo, seriam decerto contributos marcantes da presidência portuguesa.